

Nº de servidores do Judiciário com supersalário pode crescer 840%	1
Judiciário é desigual na punição de juízes	1
"Milhões de pessoas nas ruas contra o poder". Entrevista com Kalle Lasn	3
Carteiros votam nesta quarta fim da greve no ABCD	4
Carteiros e Correios discutem fim da greve no TST.....	4
Servidores de Alagoas decidirão sobre indicativo de greve nesta quarta	5
TST começa a debater a terceirização.....	5
Acordo em Brasília	6
Assembleias finais amanhã	6
Caminhão explode e provoca incêndio em distribuidora de combustível em Canoas.....	6
Contra medidas de austeridade, Grécia tem greve de 24 horas no setor público.....	7
A espera da gaúcha que representa aposentados.....	7
Perda com demora afeta pessoas e setor público	8
Carteiros podem voltar ao trabalho nesta quinta.....	8

Nº de servidores do Judiciário com supersalário pode crescer 840%

A proposta do Judiciário para elevar os vencimentos de servidores pode aumentar em pelo menos 840% o número de funcionários que recebem os chamados supersalários - acima do teto do funcionalismo (hoje de R\$ 26,7 mil). Segundo levantamento da Associação Nacional dos Analistas, Técnicos e Auxiliares do Judiciário e do Ministério Público da União (Anata), saltaria de 512 para 4.814 o total de servidores com contracheque mensal acima do teto, que é o salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A Anata fez o levantamento em apenas oito dos cerca de 50 tribunais instalados no País porque só eles seguem as regras do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para divulgação dos gastos com folha de pagamento. Isso sugere que, se aprovado o projeto, o número de servidores com supersalários pode ultrapassar os 4.814 encontrados. O Judiciário tem cerca de 120 mil servidores, de acordo com o levantamento. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

A proposta de reajuste consta do projeto de lei 6.613, que prevê correção média de 54% para analistas e 56% para técnicos, dependendo do estágio da carreira em que o servidor se encontra. Como o projeto eleva de forma linear o salário, os servidores que recebem "penduricalhos", como funções comissionadas e gratificações, superariam o teto. "Se esses dados forem confirmados, é absolutamente inviável aprovar esse projeto de lei," avaliou o deputado Claudio Puty (PT-PA), que preside a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, onde está o projeto. "Acho pouco provável que o Executivo não faça um acordo com o Judiciário, mas não nos termos dessa lei. A tendência é que a proposta seja alterada." O texto prevendo aumento para os servidores corre em paralelo ao dos ministros do Supremo, que negociam com o Congresso a elevação dos atuais R\$ 26,7 mil para R\$ 32 mil. Mesmo com o novo teto, o número de servidores com supersalários continuaria elevado, segundo a Anata.

Judiciário é desigual na punição de juízes

Sessão do STF no último dia 28 adiou decisão sobre atribuições do CNJ

A incontinência verbal da ministra Eliana Calmon e a liderança corporativista do ministro Cezar Peluso recolocaram em público a discussão sobre as funções e os limites do controle externo do Judiciário.

Curiosamente, os dois são os expoentes do Conselho Nacional de Justiça, o órgão encarregado do controle, que parece agora partido.

A entrevista de Eliana Calmon, na qual diz que é grave a situação do Judiciário, em razão dos "bandidos de toga", tinha objetivo claro: reverter provável decisão do STF de explicitar a competência apenas supletiva do CNJ nos processos contra juízes. Ou seja, o conselho só poderia agir depois das corregedorias.

Com a ação ostensiva de Peluso e a forte reação da opinião pública a ela, o julgamento parece não estar tão seguro e a imprensa noticia a formulação de um acordo.

Se é certo que o CNJ foi desenhado para ser órgão de planejamento e não uma super corregedoria, de outra parte é inequívoca a tradição de omissão que atinge a vários tribunais na punição de magistrados.

A bem da verdade, e isso parece ter escapado ao debate, a omissão é especialmente sentida quanto aos membros das cúpulas.

Não é totalmente certo dizer que as corregedorias não fiscalizam nem punem juízes. Para baixo, diz o ditado, todo santo ajuda. Mas é seguro afirmar, no entanto, que os tribunais mal fiscalizam e praticamente não punem desembargadores.

O CNJ ensaiou romper com essa tradição -e foi coincidentemente o afastamento de dez desembargadores, que levou o STF a considerar a hipótese da competência subsidiária.

Cabendo ao CNJ receber e conhecer reclamações contra juízes e ainda avocar processos administrativos, como está na Constituição, reconhecer a supletividade da competência parece um exagerado formalismo.

Se a opacidade na administração da justiça, pela tradição das sessões secretas, contribuiu para a criação do órgão externo, a leniência no controle aos magistrados, ou o desigual julgamento destes, pôs em dúvida a eficácia das corregedorias.

O sigilo dos processos administrativos também ajuda a que a sociedade desconheça a existência das punições.

Ao final, o excesso de proteção acaba por provocar um efeito reverso.

A ação movida pela Associação dos Magistrados Brasileiros questiona, ainda, a falta de capacidade do CNJ para editar resolução que se sobreponha à lei. Mas a ausência de uma regulamentação pode ser atribuída principalmente ao próprio Supremo que até agora não encaminhou o Estatuto da Magistratura ao Congresso.

A corrupção não é, nem de longe, o maior problema da Justiça -embora seja o que dê mais visibilidade.

A CPI do Judiciário foi combustível para a aprovação da reforma, ainda que apenas um único magistrado tenha saído de suas reuniões com o destino selado.

Mesmo no CNJ, o volume de juízes punidos é ínfimo em relação às representações formuladas, e quase insignificante diante do conjunto de magistrados.

Se a imagem do Judiciário na sociedade é a pior possível, como diz Calmon, parte dessa aversão se dá por uma inequívoca sensação de elitismo. Impressão inarredável de que certas situações são tratadas de forma distinta, de acordo com as partes que disputam.

O volume de presos pobres que superlota cadeias e as decisões garantistas dos tribunais superiores que alcançam a poucos, como as do STJ da ministra Eliana, alimentam fortemente essa má impressão.

De outro lado, o Judiciário ainda é um poder com resquícios oligárquicos -e nesse particular a influência do órgão de controle quase não é sentida.

A administração nos Estados está a cargo dos desembargadores e a atenção destes à primeira instância é mínima -que o diga a forma como o TJ carioca garantia a proteção de Patrícia Acioli. Mas o papel do CNJ na redução desse quadro imperial tem sido pequeno. O órgão continua acreditando ser possível modernizar o Judiciário sem ao mesmo tempo democratizá-lo.

O CNJ teve uma postura pífia na única medida de democratização interna da reforma do Judiciário, a eleição de metade dos órgãos especiais. A princípio, suspendeu a eleição por liminar e depois garantiu inexistentes direitos adquiridos justamente aos membros das cúpulas.

Recentemente, com a divulgação de pesquisas sobre elevado percentual de presos provisórios, o órgão resolveu diagnosticar os atrasos. Exigiu dos juízes relação dos processos com réus presos há

mais de noventa dias -mas não se preocupou em fazê-lo em relação àqueles que aguardam anos para julgamento nos tribunais.

Por fim, a própria resolução 135 do Conselho, questionada no STF, perpetua um inadmissível foro privilegiado, para continuar excluindo desembargadores do alcance das corregedorias.

Se o problema do Judiciário é lidar com a igualdade, difícil crer que privilégios possam produzir bons resultados.

De fato, não é caso de mutilar nem reduzir competências do CNJ, mas apenas de exigir que o órgão as cumpra fielmente.

O Judiciário é um poder importante demais para ter sua legitimidade diminuída pelo malversar de um punhado de maus juízes, ou ficar marcado pela excessiva tolerância com eles.

Mas é imperioso que jamais reproduza as desigualdades que por essência deveria combater.

TERRA

"Milhões de pessoas nas ruas contra o poder". Entrevista com Kalle Lasn

Kalle Lasn, fundador da revista que lançou o movimento "Ocuppy Wall Street" (Ocupar Wall Street) afirma: "Queremos um imposto sobre os ricos".

A reportagem é de Angelo Aquaro, publicada no jornal La Repubblica, 04-10-2011. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

"O meu sonho? Milhões de pessoas em todo o mundo nas ruas para o G20 de novembro. Milhões de pessoas pedindo a uma só voz na Liberty Plaza, em Cannes, um passo concreto: a Robin Hood Tax. Como poderão não nos ouvir?"

Eis a entrevista.

O senhor é o fundador da Adbusters, a pequena grande revista sem fins lucrativos, que lançou o "Ocuppy Wall Street". Esperava uma reação como essa?

Os norte-americanos não encontram trabalho, o desemprego chega a 40% entre os 19 e 25 anos, e o Tea Party continua gritando contra toda intervenção estatal. Não era o momento de apontar para uma retomada da esquerda? O que nos inspirou foi o que vimos acontecer no Egito, na Primavera Árabe. E quando finalmente isso também aconteceu aqui... Aleluia!

A Adbusters é uma revista canadense, e a nova edição traz o título "American autumn": os Estados Unidos precisavam de uma ajudinha de fora?

Talvez sim. É preciso dizer que a esquerda norte-americana passou por um período muito duro nos oito anos de George W. Bush. E depois do advento do Tea Party. Aí vimos que Barack Obama não tinha a coragem suficiente.

Muitas pessoas nas ruas agora dizem ter votado nele. Mas que provavelmente não vai mais fazer isso. O presidente não deveria voltar a se dirigir ao seu povo que protesta?

Seria maravilhoso. Há um ano e meio estamos esperando que ele se levante novamente e faça o que prometeu. Acredito que é culpa da sua personalidade. Ele era alguém de fora e, uma vez eleito, continuou sendo um intruso. Sempre querendo agradar a todos.

Há uma alternativa?

Entre ele e Rick Perry, no fim, as pessoas da Liberty Plaza vão votar nele. O problema continua sendo outro: a esquerda ainda não tem um líder capaz de fazer sonhar.

De Michael Moore a Noam Chomsky, passando por Naomi Klein: os intelectuais que apoiam O "Ocuppy Wall Street" são os mesmos que, em 2001, aplaudiram o movimento antiglobalização.

Michael Moore foi para a Liberty Plaza com as pessoas gritando e berrando: ótimo. Depois, a partir daí, no entanto, ele foi ser entrevistado pela CNN para vender o novo livro.

O que o senhor quer dizer?

Que todas essas pessoas fizeram muito bem para a esquerda: mas hoje a esquerda precisa de sangue novo. Depois, Moore e Chomsky e todos os outros: caberia a eles dar início à revolta. Mas eles estão muito ocupados em escrever ou dar entrevistas: prontos para, em seguida, subir no ônibus andando. Mas repito: eles não são os únicos que serviriam para que a esquerda reencontrasse aquele tipo de paixão que o Tea Party comunica.

O senhor vê um novo líder nas ruas?

Neste momento não. Mas quando eu vejo esses jovens que dormem lá no Zuccotti Park falando na TV, eu penso: "Meu Deus, são pessoas fantásticas, realmente entenderam o que está acontecendo, que, se não fizermos nada, em 15 anos vão ir à ruína".

Mas como se vence sem um líder?

Enquanto isso, o protesto fez surgir novamente um discurso de esquerda. Entre eles, surgirá alguém capaz de nos guiar? Espero que sim. Mas também vejo abrir caminho uma nova fórmula. Talvez o futuro nos reserva um modelo diferente: o guia em enxame...

Por que o senhor não vai para as ruas?

Talvez eu faça. Por enquanto, prefiro continuar sendo o guerreiro nos bastidores: aquele que lançou a ideia e agora se alegra com tudo isso.

Não falta só um líder. Há quem defenda que o movimento também não possui objetivos concretos. Isso é um erro. Eu também vejo que algumas respostas são vagas. Queremos isto, queremos aquilo, queremos ser ouvidos. É justo ter uma série de exigências. Mas é preciso que alguém se levante e diga: queremos uma Robin Tax, queremos uma lei sobre as transações financeiras, uma reforma do sistema bancário, uma reforma do financiamento eleitoral. [A Tobin Tax, uma versão mais compartilhada da Robin Hood Tax, é a proposta que Nicholas Kristof fez no New York Times de pequena taxa sobre as transações financeiras que ocorrem apenas entre as grandes instituições]. O meu sonho é que, para os dias 3 e 4 de novembro – quando o G20 se reunirá em Cannes – milhões de pessoas protestem em todo o mundo. Levantando a mesma exigência: Robin Tax.

O senhor conhece a Itália? Milhões de pessoas saíram às ruas exigindo a prestação de contas de Silvio Berlusconi sobre a sua política e os seus escândalos: e ele ainda está lá.

Estive várias vezes na Itália, conheço a tradição de esquerda e não consigo entender como vocês ainda não se livraram de Berlusconi. Propostas? Concentremo-nos no protesto global, façamo-nos ouvir no G20. E depois voltemos a Berlusconi.

Carteiros votam nesta quarta fim da greve no ABCD

Trabalhadores se reúnem na Capital para discutir propostas feitas ontem pelos Correios; bancos completaram uma semana de paralisação

Os trabalhadores dos Correios votam às 11h desta quarta, na Capital, se põem fim à greve da categoria na região, que já entrou na terceira semana. Ontem, representantes dos trabalhadores e da diretoria dos Correios se reuniram em Brasília para discutir um acordo. Na proposta que será apresentada aos carteiros, os trabalhadores receberão um reajuste salarial de 6,87%.

Em relação aos dias parados, a empresa concordou em abonar 15 dos 21 dias da greve. Os seis dias restantes serão descontados em 12 parcelas, a partir de janeiro.

Já a greve dos bancários completou a sua primeira semana sem sinal de acordo entre patrões e trabalhadores. Das 400 agências do ABCD, 130 estão fechadas.

Na quinta, às 17h, na sede do Sindicato dos bancários do ABC, no Centro de Santo André, a entidade realiza assembleia para avaliar o andamento da paralisação na região.

Por meio de nota, a presidente do sindicato, Maria Rita Serrano, afirmou que a categoria deve continuar parada até uma nova proposta da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

Os bancários pedem reajuste de 12,8% nos salários. Os patrões oferecem aumento de 8% na última proposta

REDE BOM DIA

Carteiros e Correios discutem fim da greve no TST

BRASÍLIA - Carteiros e a direção dos Correios estão reunidos no Tribunal Superior do Trabalho (ECT) negociando o fim da greve dos carteiros, que hoje completa 21 dias. O impasse na negociação é em torno dos dias parados, de cujo desconto a empresa não abre mão.

A ECT descontou seis dias no contracheque de agosto. Agora, propõe que esses seis dias sejam parcelados em seis meses e a compensação dos outros 15 dias de greve, ou seja, os carteiros trabalhariam aos sábados e domingos para colocar a correspondência em dia.

Os carteiros retiraram-se da sala de negociação para discutir a proposta e voltaram com a contraproposta de a ECT descontar, parceladamente, apenas três dias. As negociações prosseguem. Até agora, os Correios deixaram de entregar cerca de 130 milhões de objetos, o que demonstra o caráter parcial da greve: a capacidade a empresa é de entregar 35 milhões de objetos dia. O prejuízo da empresa, no entanto, não é pequeno. Segundo o presidente da ECT, Wagner Pinheiro, ele equivale a R\$ 20 milhões diários no faturamento da empresa, pouco mais de R\$ 300 milhões no total, considerando-se apenas os dias úteis.

(Raymundo Costa | Valor)

GLOBO.COM

Servidores de Alagoas decidirão sobre indicativo de greve nesta quarta

BRASÍLIA - 04/10/11 - O Sindjus-AL realiza nesta quarta-feira [04] assembleia geral para discutir o indicativo de greve por tempo indeterminado. Na semana, a categoria em Alagoas participou de atos unificados, seguindo o calendário de mobilização, indicado pela Fenajufe.

Os servidores do Judiciário Federal e do MPU reivindicam a revisão dos Planos de Cargos e Salários [PCS] através dos projetos de leis 6.613/2009 e 6.697/2009 das categorias respectivamente. Os PLs se encontram parados na Comissão de Finanças e Tributação [CFT] da Câmara Federal. As sessões para votação das matérias estão sendo obstruídas pelos deputados da base governistas há três semanas. A presidente Dilma Rousseff ainda retirou da proposta da Lei Orçamentária Anual 2012 a previsão da revisão dos PCSs - medida que feriu a autonomia dos poderes.

Em todos os estados, Fenajufe orienta greve por tempo indeterminado. O Sindjus-AL informa que na assembleia desta quarta-feira a indicação é de greve a partir do dia 11 de outubro. O evento está marcado para iniciar às 9 horas e será na sede do sindicato [Rua da Praia, 102 - Centro].

Fonte: Sindjus-AL

TST começa a debater a terceirização

A contratação de mão de obra terceirizada necessita de marco regulatório para garantir segurança jurídica e impedir a precarização do mercado de trabalho, porém, ainda não há consenso sobre como isso deverá ser feito para garantir os direitos dos funcionários e a competitividade das empresas.

Essa foi uma das principais conclusões retirada do primeiro dia da audiência pública do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que trata do assunto. Atualmente, existem cinco mil ações questionando a terceirização no tribunal.

Um dos principais embates foi se a terceirização só pode ser adotada na atividade-meio ou se também para atividade-fim. Outra dúvida é se a empresa que contrata mão de obra terceirizada deve ser responsável solidária no caso de descumprimento de leis trabalhistas como atrasos no pagamento de salários, contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou repasses para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

"Se, por um lado, a terceirização cria oportunidades de emprego e aumenta a competitividade das empresas, por outro, apresenta uma face perversa com um custo social elevado", afirmou o presidente do TST, João Oreste Dalazen. "Trabalhador lado a lado na mesma empresa com direitos diferentes. Isso ofende uma noção básica da Justiça que é o tratamento igual que se deve dispensar aos trabalhadores", acrescentou.

O presidente do TST é favorável que a contratação de terceirizados seja feita apenas para execução de atividade-meio.

No caso dos representantes dos trabalhadores, a defesa foi pela manutenção do uso desses trabalhadores apenas na atividade-fim e também a responsabilidade solidária. Para o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, a regulamentação do setor deve acabar com as companhias de locação de mão de obra, que visa apenas reduzir os custos das empresas, e exigir que a terceirizada seja do mesmo setor econômico da companhia que contrata os serviços.

Para Márcio Milan, da Confederação Nacional do Comércio, "a responsabilidade solidária desequilibra a relação, já que todo o risco fica canalizado no tomador do serviço". Já o professor

José Pastore ressaltou que é impossível administrar os contratos de terceirização com apenas uma regra. Para ele, a legislação deveria tratar de direitos básicos e deveria ser criado um conselho nacional de regulação da terceirização para discutir normas.

O projeto de lei 4.330/2004, do deputado Sandro Mabel (PR-GO), um dos que trata da regulação da terceirização, estabelece que a contratação pode ser feita tanto na atividade-meio como fim. Além disso, a responsabilidade por descumprimento da legislação é subsidiada. Mabel disse na audiência pública que seu projeto deve ser apreciado ainda neste mês pela Comissão de Constituição de Justiça (CCJ). A expectativa é de que o projeto esteja aprovado no Senado até o fim do ano. O deputado Vicentinho (PT-SP), que tem outro projeto sobre o assunto, defendeu a responsabilidade solidária e a proibição de contratação para atividade-fim da empresa. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo

DGABC

Acordo em Brasília

Carteiros vão decidir hoje pelo fim da paralisação

A direção dos Correios e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Telégrafos chegaram a um acordo para encerrar a greve dos funcionários, conforme anunciou o Tribunal Superior do Trabalho. A paralisação foi iniciada em 13 de setembro. O encontro entre representantes das partes ocorreu ontem em audiência no TST, em Brasília. Os trabalhadores aceitaram a proposta dos Correios de reajuste de 6,87% a partir de 1 de agosto e aumento linear de R\$ 80 a partir de 1 de outubro.

O impacto total na base salarial será de 16,78% a partir de outubro, o que representa um aumento real de 9,9%. Os Correios oferecerão outras vantagens. Hoje, os carteiros do Estado farão assembleia e podem encerrar a greve.

CORREIO DO POVO

Assembleias finais amanhã

Servidores dos Correios devem definir hoje retorno ao trabalho

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) formularam acordo, ontem, em audiência pública no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. O acordo precisa ser referendado pelas assembleias da categoria, hoje, em todo o país. Para a greve terminar e o serviço reiniciar na quinta-feira, dia 6, a proposta deverá ser aprovada no mínimo por 18 dos 35 sindicatos regionais. Em Porto Alegre, o Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos (Sintect-RS) debaterá a proposta às 14h, na Igreja da Pompeia.

A audiência de ontem foi presidida pela ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, vice-presidente do TST e instrutora do dissídio coletivo instaurado pela ECT. Pelo acordo, será concedido reajuste de 6,87%, retroativo 1 de agosto de 2011, e aumento linear de R\$ 80,00, a partir de 1 de outubro de 2011. Os Correios se comprometeram a devolver, em folha suplementar, até a próxima segunda-feira, o desconto já realizado na folha de pagamento de seis dias de paralisação. Esse valor será descontado nos contracheques a partir de janeiro do próximo ano, em 12 meses. Os 15 dias restantes em que os empregados ficaram parados serão compensados com trabalho aos sábados e domingos. Caso o acordo não seja referendado nas assembleias, o dissídio será distribuído para um ministro relator para análise e posterior julgamento pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST.

Já os bancários decidiram ontem intensificar as ações de greve em todo o país. Nesta terça-feira, o comando da mobilização nacional reuniu-se em São Paulo e decidiu aumentar as paralisações e atingir mais agências com fechamento até que a Fenaban retome as negociações. Em Porto Alegre, a direção do Banrisul receberá os grevistas às 10h.

CORREIO DO POVO

Caminhão explode e provoca incêndio em distribuidora de combustível em Canoas

Testemunhas relataram que duas explosões foram ouvidas

Uma explosão provocou um incêndio no limite entre Canoas e Esteio, na Região Metropolitana de Porto Alegre, por volta das 9h desta quarta-feira. Segundo informações preliminares do Corpo de Bombeiros, o fogo foi provocado por um caminhão que explodiu junto à base de abastecimento da distribuidora Ipiranga, ao lado da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap).

Pelo menos quatro pessoas teriam ficado feridas. Testemunhas relataram que ouviram duas explosões seguidas.

O Corpo de Bombeiros de Esteio também foi acionado para dar apoio no atendimento da ocorrência
ZERO HORA

Contra medidas de austeridade, Grécia tem greve de 24 horas no setor público

Escolas estão fechadas, voos foram cancelados e hospitais atendem apenas casos de emergência

Com as escolas e os museus fechados, os voos cancelados e os hospitais atendendo apenas casos de emergência, a Grécia tem nesta quarta-feira um dia de greve no setor público contra as medidas de austeridade impostas para enfrentar a crise da dívida.

A convocação de uma greve de 24 horas nos serviços e empresas públicos inclui um protesto à tarde em Atenas.

Os funcionários públicos protestam essencialmente contra o projeto de colocar 30 mil deles em paralisação técnica, com uma redução de 40% do salário até o fim do ano, antes de uma provável demissão após um ano, com o objetivo de reduzir drasticamente os gastos públicos do país.

A medida foi negociada pelo governo grego com o trio de credores: União Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu.

A ideia do governo é reduzir o quadro do funcionalismo público de 750 mil pessoas a 150 mil até 2015

ZERO HORA

A espera da gaúcha que representa aposentados

Recurso que espera definição no Supremo teve origem em ação de Lucia Costella, de Porto Alegre

Faz uma década que Lucia Costella, 65 anos, aguarda uma decisão que pode lhe garantir um benefício melhor da Previdência. É dessa gaúcha o rosto que representa milhares de brasileiros à espera de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para a possibilidade de recalculer a aposentadoria depois de passar mais anos na ativa.– Demorou tanto que eu tinha até perdido a esperança, depois criei de novo – relata a aposentada que aparece como autora do recurso extraordinário 381367, que tramita no STF desde 2002, depois de passar pelas instâncias da Justiça gaúcha.

Funcionária da farmácia do Grupo Hospitalar Conceição, Lucia se aposentou em 1994, mas continuou trabalhando, e descontando a contribuição previdenciária, por mais seis anos antes de ser demitida. Em 2001, foi seu caso que deu origem a uma das primeiras iniciativas de discutir na Justiça a chamada desaposentação – possibilidade de renunciar a um benefício, depois de acumular mais anos de contribuição, em troca de remuneração maior, sem devolução dos valores já recebidos. Ao chegar ao STF, a ação impetrada pelo escritório de Porto Alegre Paese, Ferreira e Advogados Associados, ganhou representatividade: a decisão desse caso vai definir o futuro de todos os demais processos judiciais relacionados. Quem acompanha com impaciência o pronunciamento do Supremo é o advogado de Lucia, Cristiano Ferreira.– É a terceira vez que a decisão no plenário é adiada – exaspera-se Ferreira, que se encarrega de dar à cliente as notícias do andamento do caso. Embora vários tribunais tenham se posicionado sobre o assunto, esclarece Ferreira, sem a palavra final da mais alta corte do país essas decisões não são implementadas. Mesmo sem custos de tramitação da ação – o escritório só cobra sobre o êxito, no caso o que Lucia terá a receber quando e se sair a decisão favorável –, a aposentada perdeu poder de compra e qualidade de vida na última década. Sem emprego formal desde 2001, agora ela ajuda na loja de celulares e lan house do filho, Gilberto, localizada na Avenida Assis Brasil.– Tomara que essa decisão venha de uma vez, para eu poder aproveitar ainda. Se tiver de esperar mais 10 anos, vai ser ruim – desabafa Lucia

ZERO HORA

Perda com demora afeta pessoas e setor público

Pronta há ao menos um ano e meio para julgamento no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), a decisão final sobre a possibilidade de recálculo da aposentadoria para quem se manteve na ativa esbarra na sobrecarga do Poder Judiciário e em questões políticas. Representa perdas não apenas para os aposentados como para o setor público.

Economista e assessor jurídico da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado, Celso Pacheco detalha que o tamanho do prejuízo aos beneficiários depende do tipo de contrato que têm com os advogados. Embora a maioria cobre apenas caso a ação seja bem-sucedida, alguns profissionais embutem taxas de manutenção. A perda mais clara é a do poder de compra, explica:– Muitas vezes, é a renda do idoso que sustenta a família. Nesses casos, é comum recorrer a empréstimo consignado, com desconto em folha.

Para o país, a indecisão representa insegurança jurídica. O aposentado não tem certeza de que poderá ter uma renda extra e a Previdência não sabe quanto vai ter de desembolsar. Além disso, processos no Poder Judiciário ficam paralisados à espera da definição do STF. O caso que começou com a gaúcha Lucia já tem parecer favorável do ministro Marco Aurélio de Mello

ZERO HORA

Carteiros podem voltar ao trabalho nesta quinta

Com a possibilidade do fim da greve dos empregados dos Correios e a retomada do trabalho amanhã, a expectativa da diretoria da empresa é que em uma semana a entrega de cartas e encomendas esteja regularizada na maioria dos Estados.

Na tarde de ontem, a direção da companhia e os trabalhadores chegaram a um acordo durante audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho (TST) para encerrar a greve, que está completando 21 dias. A proposta será encaminhada para avaliação em assembleias dos 35 sindicatos, com indicativo de aprovação pelo comando de greve. Se as condições forem aceitas, a paralisação será encerrada amanhã.

Conforme os Correios, desde o início do movimento, 136 milhões de objetos deixaram de ser entregues pela empresa. Para o vice-presidente de Gestão de Pessoas, Larry de Almeida, a maior dificuldade para colocar o serviço em dia será nos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia.

A prioridade será a entrega de encomendas com medicamentos, que estão tendo atendimento preferencial e se encontram regularizados.– Com o apoio de todos trabalhando nos fins de semana, podemos colocar o serviço em dia – afirma Larry.

O acordo prevê o pagamento do aumento de R\$ 80 a partir de outubro. Também foi mantida a proposta de aumento linear do salário e dos benefícios de 6,87% retroativo a 1º de agosto, mas os trabalhadores abriram mão do abono de R\$ 500 que foi oferecido pela empresa.

O acordo prevê o desconto de seis dias parados, de janeiro a dezembro de 2012. Os outros 15 dias deverão ser compensados aos sábados e domingos, até no máximo a segunda quinzena de maio de 2012.

Paralisação dos bancários permanece sem avanços

A greve dos bancários terminou o oitavo dia sem avanços entre as partes. De acordo com a Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), 8.328 agências ficaram fechadas no país ontem – 42% do total. Há, no Brasil, cerca de 20 mil agências bancárias.

O Comando Nacional dos Bancários, reunido em São Paulo, divulgou nota criticando as instituições bancárias por não retomarem as negociações. “Os bancos estão agindo de forma irresponsável ao permanecerem em silêncio e ignorarem a disposição dos bancários para retomar o processo de negociações”, diz o documento.

Portas fechadas

CORREIOS

O que fazer para evitar prejuízos e problemas com as greves:

Como pagar as contas?

- Cliente deve solicitar no banco emissão de segunda via para pagamento ou autorizar débito em conta

E as contas de água e luz?

- No site das concessionárias é possível retirar segunda via

E se tiver algum prejuízo?

- Procons e JECs (juizados especiais cíveis) podem auxiliar

Como saber onde está minha encomenda?

- Usuários podem rastrear a encomenda pelo telefone 3003-0100 (capitais) e 0800-7257282 (demais)

BANCÁRIOS

O que fazer quando o cartão bancário estraga ou é perdido?

- O cliente pode solicitar outra via pelo teleatendimento

Qual o prazo para o envio de um novo cartão?

- Ele varia de um banco para outro, mas, em geral, são sete dias úteis

Perdi o prazo para pagar uma conta por falta de entrega. Com quem negocio?

- Bancos não têm autonomia para isentar da multa. Só quem pode fazer isso é quem emite a conta.

O ideal é pedir segunda via pela internet ou pelo teleatendimento

ZERO HORA